

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº. 13

Francisco
Francisco

Aos trinta dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos e oitenta e seis, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro em segunda reunião da sessão ordinária de Junho, sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais Antônio dos Santos Costa, Primeiro Secretário eleito, e José Carlos da Silva Neves, no impedimento do Segundo Secretário, Joaquim Luis Monteiro Mendes Gomes, e com a presença dos Vogais José Armênio Sequeira Pereira, José Carlos da Silva Neves, Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Antônio Rocha Dias de Andrade, Antônio Ferreira da Silva, Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça, José Fernando da Silva Caldeira Betencourt, Maria Antônia Corga Vasconcelos Dias Pinho e Melo, Antônio José Valente, Carlos Alberto da Silva Jerônimo, Manuel Simões Madail, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Amândio Ferreira Canha Júnior, Artur José Lopes Lobo.

Pelas 21.15 horas o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais Rogério da Silva Leitão, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Joaquim Luis Monteiro Mendes Gomes, Carlos Vicente Ferreira, Gilberto Parca Madail, Fernando dos Santos Manata, Manuel Gaspar Fernandes, Manuel Arede de Jesus, Armando Manuel Dinis Vieira, Antônio Norberto da Silva Correia, Libério da Silva Santos.

Seguidamente, o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais Manuel Simões Madail, José Fernando Caldeira Betencourt, Armando Manuel Dinis Vieira, Libério da Silva Santos, Fernando dos Santos Manata, que foram aceitas e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Deu, ainda, nota da presença do cidadão Antônio Ferreira da Silva que, após verificada a sua legitimidade e identidade, passará a integrar

M. J. Thyng 2.
Santos

esta Assembleia Municipal, em substituição do cidadão Alberto Augusto Faria dos Santos, por motivo de falecimento deste.

De imediato, submeteu à consideração do plenário haver ou não período de antes da ordem do dia, tendo o mesmo merecido aprovação por unanimidade.

Neste momento, deu entrada na sala o Vogal José Luis Cristo.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

Tomando a palavra, o Vogal Carlos Candal começou por fazer uma pequena referência à problemática da Cadeia e à sua polémica localização que, pese embora algumas manifestações contrárias, se mantém há longos anos. Fez, também, uma pequena alusão à recente instalação em Aveiro de uma dependência da Polícia Judiciária facto que, aliado ao seu valor e à sua grande capacidade no campo da investigação, muito contribuirá para a valorização da cidade no campo da implantação de serviços públicos.

Entretanto, deram entrada os Vogais Manuel Tavares Duarte, Manuel Branco Pontes e Jorge Manuel do Nascimento.

Ainda no uso da palavra, o Vogal Carlos Candal, a propósito dos temas abordados, considera que a Cidade de Aveiro está esquecida pelo Ministério da Justiça, já que um dos Juizes do Tribunal de Trabalho está instalado em condições totalmente impróprias e contra as regras mínimas de sanidade. Paralelamente àquela situação, constata-se que o Tribunal Judicial não tem instalações que lhe permitam desenvolver a sua actividade com a celeridade que se justifica e pese embora todas as reclamações que se têm feito, nada faz o Ministério da Justiça para alterar a situação.

Prosseguindo na sua intervenção, aquele Vogal alertou a Câmara para o facto de se encontrar à venda um edifício no topo norte da Rua Comandante Rocha e Cunha que, pela sua localização, permitirá à Câmara desenvolver um plano viário junto da Estação dos Caminhos de Ferro que possibilite não só a construção de estacionamento automóvel como a construção de uma artéria nova. Por isso, entende que a Câmara não poderá deixar de adquirir aquele imóvel sob pena de vir a ser responsabilizada pelo atrofimento daquela zona, considerada decisiva para o plano viário da cidade.

Concluindo a sua intervenção, reportou-se à problemática da regionalização, temática que já por diversas vezes tem abordado. Ora, dada a sua eminência, entendeu por bem sugerir a realização de uma reunião desta Assembleia ou debates locais e públicos sobre o tema, por forma a que se possa desen-

. 3 .
t. h. r. i. n. g.
Sequeira

volver a defesa dos interesses do distrito de Aveiro.

Tomou de seguida a palavra, o Vogal Sequeira Pereira para manifestar o seu sentimento de pesar pela morte do Senhor Comandante Faria dos Santos, pessoa a quem muito directamente esteve ligado no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados e com quem teve muito prazer em ter trabalhado.

Também no uso da palavra, o Vogal Rocha Andrade, começou por abordar questões do foro estético, muito maltratadas nesta cidade na sua opinião, apresentando como prova as obras que a Polícia de Segurança Pública levou a cabo no edifício do Convento das Carmelitas que lhe está atribuído, obras que consistiram na pintura do edifício com cores que são um verdadeiro atentado à arte e à estética, porquanto não foi respeitada uma tradição muito grande da arte portuguesa nem tão pouco se respeitou uma entidade que deve dar o exemplo do cumprimento não só da Lei como também dos ditames porventura superiores à Lei.

Em face do exposto, perguntou se não terá a Câmara Municipal uma palavra a dizer nestas questões de estética, bem como perguntou qual a composição da Comissão de Arte de Aveiro, pois tem por opinião que tal Comissão deveria ser composta por pessoas que tenham grandes conhecimentos técnicos, nomeadamente por artistas com provas dadas de bom gosto e por pessoas com qualidades e capacidades culturais já provadas.

Reportando-se de seguida aos factos constatados quanto à remoção do pòrtico de entrada da Feira de Março, por força da implantação de novos prédios em terrenos então pertencentes à Câmara Municipal e sobre cuja alienação votou contra, manifestou a sua estupefacção por ter lido na imprensa declarações de um responsável Camarário de que não haveria quaisquer problemas na medida em que o pòrtico era obra provisória tanto quanto é provisória a localização da Feira de Março, tanto mais que não se sabe nem quando nem onde se instalará definitivamente aquela Feira. Quanto ao seu pòrtico de entrada agora desmantelado, dadas as dúvidas que tem quanto à sua nova localização, solicitou esclarecimentos, bem como perguntou se, aquando da venda daqueles lotes de terreno para construção, estava tudo previsto tal qual está a acontecer.

Ainda no uso da palavra e referindo-se às construções de prédios levadas a cabo junto do topo sul do Estádio Mário Duarte, na Rua das Pombas, teceu algumas críticas já que não se justifica de modo algum o adensamento da referida zona antes pelo contrário se deveria projectar a expansão do Estádio e o seu desafogamento. Solicito, ainda, pormenores acerca da alienação dos terrenos a que se referiu.

Tecendo, de seguida, algumas considerações acerca das

4.
Pinho e Melo

actuais instalações dos Bombeiros Velhos de Aveiro, salientou que, também como já o fez, deveriam aquelas ser aproveitadas para instalação de serviços públicos, nomeadamente para o Tribunal de Trabalho que carece de instalações dignas, e nunca para ampliação das instalações da PSP que inclusivamente deveriam ser desocupadas para que se lhes pudesse dar uma ocupação de indole cultural, nomeadamente para Museu.

Concluindo a sua intervenção, solicitou esclarecimentos diversificados, nomeadamente se já foi elaborado qualquer estudo sobre parqueamentos para velocípedes; se já foi delineado qualquer plano de limpeza da cidade; se já existem indicações sobre as obras de sinalização da nova entrada na cidade à saída da E.N. 109/7; como e quando se vão processar as obras da variante (E.N. 109) e como decorrem as obras de construção da Passagem Superior da Av^a. 25 de Abril.

Seguidamente, a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo iniciou a sua intervenção lamentando a ausência do Presidente da Câmara numa reunião tão importante como é a que está a decorrer, facto aliás bem assinalado na convocatória, pelo que se lamenta que o Presidente da Câmara se tenha desinteressado desta reunião, porque as questões que queria levantar se lhe dirigiam directamente, pese embora o facto de estar aqui dignamente representado esperando, contudo, que não apenas escutem as questões como também possam prestar os devidos esclarecimentos.

Assim, começou por perguntar quais os critérios adoptados pela Câmara quanto à distribuição de verbas às Juntas de Freguesia e em que moldes tem prestado auxílios extras, pois que tem conhecimento de que em anos transactos a distribuição de verbas não obrigatórias não tem sido equitativa nem a cedência de máquinas e pessoal. Em face do exposto, apelou para que de futuro, o tratamento fosse igual para todas as Juntas de Freguesias. Exemplificando a situação, afirmou que a Junta de Freguesia de Santa Joana, dada a sua recente existência e confrontada com carências de toda a ordem, apenas disporá de cerca de trezentos contos para a realização de obras indispensáveis depois de pagar as despesas com o pessoal e nos trabalhos de limpeza de valetas.

Seguidamente, solicitou esclarecimentos sobre se a Câmara já adquiriu ou pretende adquirir bens imóveis no valor de cinco mil contos na Freguesia de Eiroa e com que fim. Dadas as promessas feitas quanto à realização de obras de protecção no Largo Maia Magalhães, zona que serve de recreio para os alunos que frequentam a escola primária da Vera-Cruz, e porque ainda nada se concretizou, reforçou a chamada de atenção pois que o início das aulas aproxima-se e as

obras são imprescindíveis para a segurança das crianças.

Passando à temática inerente ao urbanismo, aquela Vogal recomendou, antes dos factos consumados, que a Câmara apresentasse à Assembleia o Plano de Pormenor Urbanístico para a área da antiga fábrica da Aleluia bem como o Plano para os terrenos circundantes da Feira de Março.

Solicitou, ainda, esclarecimentos acerca do famoso caso das eclusas, nomeadamente para quando se prevê a sua próxima inauguração. Alertou, ainda, para a necessidade de se rever o processo de sinalização do trânsito da Rua Clube dos Galitos, já que aquela que agora se fez não está correcta.

No âmbito do ensino, nomeadamente do primário, aquela Vogal recomendou à Câmara que fossem feitos os esforços necessários para que os estabelecimentos de ensino fossem dotados de aquecimento. No que respeita aos transportes escolares entende o apoio prestado aos alunos que frequentam estabelecimentos de ensino distantes em três ou mais quilómetros da sua residência deveria ser alargado aos que residem a menos de três quilómetros dos estabelecimentos de ensino, sugerindo assim que fossem feitos estudos aprofundados para atingir aquele objectivo. Sugeriu também que se deveriam encontrar formas para que os passes dos transportes para estudantes pudessem ser utilizados nos períodos de férias, pois entende que as disponibilidades dos estudantes tanto são débeis duante o período de aulas como no período de férias.

Concluindo a sua intervenção e reportando-se à ordem de trabalhos da presente reunião, aquela Vogal perguntou se o Conselho Municipal está ou não instalado pois que o ponto "Apreciação da 1ª. Revisão ao Orçamento" deverá ser precedida do parecer daquele Órgão tendo o Presidente esclarecido que o Conselho Municipal informou que, por não ter emitido parecer sobre o Orçamento Ordinário, não o faria sobre a sua 1ª. Revisão.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal Carlos Jerónimo para solicitar esclarecimentos relativamente ao processo dos arranjos exteriores da Urbanização de Santiago, nomeadamente se já foram iniciadas as obras ou para quando se prevê o seu arranque, salientando que aquele bairro e a possibilidade que as pessoas tiveram de possuir uma habitação condigna não se compadecem com o estado degradante em que se encontra a zona envolvente aos prédios, situação que contribui decisivamente para a degradação da qualidade de vida dos residentes naquela área. Assim, salientou que a questão levantada deveria merecer uma atenção prioritária por parte da Câmara tanto mais que parece já existirem verbas para o efeito.

Relativamente à questão levantada sobre a sinalização do

Thim . 6 .
[Handwritten signature]

pavimento da Rua Clube dos Galitos, aquele Vogal entende que se deveria dotar com igual sinalização toda a área compreendida entre o novo cruzamento existente na E.N. 109/7 e a referida Rua do Clube dos Galitos por existirem várias alternativas de trânsito que conviria estarem devidamente assinaladas nos pavimentos.

Reportando-se seguidamente ao Projecto de Lei nº. 187/IV, referente à Lei quadro das regiões administrativas, pretendeu saber se a Mesa tem já prevista a realização de uma sessão extraordinária para análise daquele projecto.

Concluindo a sua intervenção, aquele Vogal apresentou sua gestão à Câmara Municipal no sentido de facultar aos membros desta Assembleia uma visita ao Concelho por forma a que todos possam ficar confrontados com a realidade do mesmo e possam nomeadamente ter uma melhor visão sobre todos os problemas que a Câmara apresenta para apreciação desta Assembleia.

De imediato, tomou a palavra, o Vereador Celso Santos para prestar os esclarecimentos solicitados, começando por referir que das sugestões apresentadas dará conhecimento à Câmara Municipal.

Entretanto, deu entrada na sala o Vogal Fernando Augusto de Oliveira.

No que respeita às várias questões colocadas, informou que, aquando da visita do Sr. Ministro da Justiça a esta cidade ^{a fim de} a estacidade/proceder à inauguração das instalações da Polícia Judiciária, foram feitas algumas referências sobre a grave situação em que se encontra a Cadeia de Aveiro, situação que naturalmente também preocupa a Câmara Municipal. Relativamente à problemática da estética dos edifícios da cidade, considera que embora seja uma área de difícil tratamento e embora a Câmara esteja atenta, surgem sempre situações que obrigam a uma maior atenção por parte da Câmara e seus serviços.

Quanto às questões colocadas sobre o desmantelamento do pórtico principal da Feira de Março informou que após a alienação dos terrenos para construção e iniciadas as respectivas obras, a Câmara foi despertada para o facto de que haveria necessidade de proceder à remoção daquela entrada visto que abrangia parte dos terrenos alienados. Acto contínuo, foi elaborado um estudo para nova implantação daquele pórtico que se resume ao ligeiro recuo do mesmo, dado que o carácter provisório da localização da Feira de Março bem como de outras Feiras que naquele recinto se realizam, se manterá por mais algum tempo. Informou, ainda, que quer para a zona da Feira de Março quer para a zona adjacente ao Estádio Mário Duarte e à Rua das Pombas, as construções iniciadas res-

N.
Thijs 7.
Saxie

peitam os respectivos Planos de Pormenor Urbanístico devidamente aprovados por esta Assembleia Municipal.

No que respeita à atribuição de verbas às Juntas de Freguesia salientou que os seus valores não só correspondem aos determinados pela legislação correspondente como são ligeiramente superiores. Salientou, porém, que no que respeita a outro tipo de colaboração que se presta às Juntas de Freguesia não é muito fácil torná-la equitativa por determinados factores, nomeadamente porque a área das freguesias não é igual e os problemas são diferentes de Freguesia para Freguesia.

Relativamente às obras de protecção do Largo Maia Magalhães, por força da sua utilização como recreio pelos alunos da escola primária ali situada, informou que se encontra em elaboração um projecto para a construção de uma cobertura na parte exterior daquela escola por forma a permitir que alunos utilizem o logradouro existente numa escola com poucas condições pedagógicas que determinam a sua rápida substituição. Mais informou que, quanto ao equipamento das escolas primárias, nomeadamente no que respeita ao aquecimento, já existe há vários anos. Porém o desgaste próprio do material tem preocupado a Câmara no sentido de promover a sua substituição, talvez por outro tipo de material, nomeadamente com fogões a lenha. Quanto aos transportes escolares deu nota do seu funcionamento, nos termos da Lei, pese embora as preocupações da Câmara Municipal no que respeita aos variados casos morais com que tem sido confrontada, cuja solução se prevê venha a ser encontrada brevemente.

No âmbito do empreendimento das esclusas deu nota da quã se conclusão das obras de reparação, prevendo-se para muito breve a sua total utilização.

O Vogal António Ferreira da Silva tomou a palavra para tecer algumas considerações sobre o problema do aquecimento nas escolas primárias e sobre a problemática dos transportes escolar, referindo que, no que respeita ao aquecimento, melhores soluções seriam encontradas se fossem atribuídas às Juntas de Freguesia responsabilidades na matéria, nomeadamente quanto ao estudo para encontrar os melhores sistemas, defendendo, contudo, a tese do aquecimento eléctrico a óleo. Relativamente aos transportes escolares referiu que existem casos de elevada injustiça moral que importa anular através de quaisquer sistemas que a Câmara deverá estudar e implementar rapidamente.

Também no uso da palavra, o Vereador Dr. Pires dos Santos começou por informar que as obras da urbanização de Santiago são da responsabilidade da Secretaria de Estado e que, por informações prestadas pelo Senhor Se

8
Thurley
Silva

cretário de Estado, iriam ser iniciadas, provavelmente, durante o último trimestre do corrente ano.

No âmbito do urbanismo e concretamente no que respeita aos Planos de Pormenor Urbanístico para os terrenos adjacentes à Feira de Março e para os terrenos de ex-Fábrica da Aleluia informou que os mesmos fazem parte do Plano de Pormenor do Centro Citadino já apreciado e aprovado por esta Assembleia. Contudo, esclareceu que se estão a proceder a estudos para a execução de alguns reajustamentos na parte do Plano que corresponde aos terrenos adjacentes da Feira de Março que a serem concretizados serão submetidos à apreciação desta Assembleia Municipal.

Relativamente à ausência do Senhor Presidente da Câmara, considera-a de todo imprevista dado que o mesmo havia comunicado que iria estar presente nesta reunião.

Quanto à probmetática da sinalética na Cidade salientou que, a testemunhar as preocupações da Câmara nesta área, está a requisição aos seus Serviços Técnicos de um estudo aglobal e modelar da sinalética da cidade.

No que respeita às comunicações e transportes, nomeadamente quanto à rede viária, informou que as obras da Passagem Superior da Avenida 25 de Abril e acessos se deparam com algumas dificuldades centralizadas nas negociações com a C.P., pese embora haja conhecimento a nível particular de que o respectivo projecto foi aprovado por aquela entidade. Contudo, existem outros factores que importa ultrapassar e que permitam a continuidade da obra, nomeadamente a autorização da C.P. para o lançamento do tabuleiro superior da ponte bem como as negociações para a aquisição dos terrenos necessários ao prolongamento da nova artéria.

Entretanto, deu entrada na sala o Vogal Rogério da Silva Leitão.

O Presidente da Mesa, tomou a palavra para dar conhecimento de algum expediente dirigido a esta Assembleia, começando por informar que existe em Aveiro uma nova rádio, a "Rádio Regional de Aveiro", cujos propósitos consistem em tentar conseguir uma rádio plural, independente, interveniente, alegre, responsável e tribuna regional para todos quantos queiram divulgar os usos e costumes do distrito. Deu, ainda, conhecimento de que fez distribuir o Projecto de Lei nº. 187/IV (leiquadro das regiões administrativas) remetido a esta Assembleia Municipal pela Assembleia da República a fim de, até 15 de Novembro, ser emitido um parecer sobre aquele projecto, sendo intenção da Mesa promover uma sessão extraordinária para o efeito.

M. *Thiny*
silva

Mais informou que o tema inerente à polémica gerada pelas condições precárias de salubridade provocadas pelo despejo dos resíduos do Matadouro para uma vala hidráulica teve já seguimento, pois a comunicação desta Assembleia alertando as entidades competentes obteve já resposta da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, resposta já remetida para a Câmara Municipal.

De seguida, submeteu à aprovação a ACTA Nº. 10, tendo a mesma merecido aprovação por 21 votos a favor e 4 abstenções.

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO Nº. 3 - APRECIACÃO DA 1ª. REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 1986. - Generalidade - Tomando a palavra, o Chefe de Repartição, Rui Conceiro Barros, prestou alguns esclarecimento sobre o documento em epígrafe, nomeadamente quanto aos motivos que justificaram a sua elaboração, quais sejam, o aumento de receitas para a Câmara do Fundo de Equilíbrio Financeiro bem como de diversos projectos a que a Câmara Municipal adériu.

Após breve troca de impressões em que intervieram os Vogais Rocha Andrade, Carlos Jerónimo e Maria Antónia, foi aquele documento submetido à votação tendo merecido aprovação por unanimidade, na generalidade e na especialidade, quer na parte da Receita quer na parte da Despesa.

PONTO Nº. 4 - DELIBERAR QUANTO À CRIAÇÃO DE DERRAMAS DESTINADAS À OBTENÇÃO DE FUNDOS PARA EXECUÇÃO DE MELHORAMENTOS URGENTES. - Lida a deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião ordinária de 21 de Julho, último, que é do seguinte teor: Foi deliberado, por unanimidade, de acordo com o Artº. 12º. do Decreto-Lei nº. 98/84, de 29 de Março, propôr o lançamento de derramas da percentagem de dez por cento, a incidir sobre a colecta da Contribuição Predial Rústica e Urbana e Contribuição Industrial em todo o Concelho, destinando-se o produto das mesmas à realização das seguintes obras a efectuar na área desta Autarquia: Captação e Armazenamento de Água no Concelho; Sistema Regional do Carvoeiro (1ª. Fase - Equipamento dos dois reservatórios do Sector Norte); (2ª. Fase - Construção de um segundo reservatório apoiado em Silval); Abastecimento de água ao Concelho - (1ª. Fase - Ampliação da rede ao Sector Norte, ao Sector Centro incluindo a adutora Oliveirinha - Eixo, as zonas periféricas da área urbana - Zona da Força-Vouga, bem como a remodelação da rede existente naquela área; Tratamento de esgotos no Concelho de Aveiro - (1ª. Fase - Conclusão e equipamento da estação elevatória de Santiago, correspondendo à recolha de esgotos de Aradas e S. Bernardo e sua elevação para a ETAR de Aveiro, iniciando-se também a ampliação desta dado o aumento de esgotos passariam a ser bombados para

10
Thim
Silveira

a ETAR); 2ª. Fase - Conclusão da ampliação da ETAR de Aveiro e construção da ETAR de Esgueira); Rede de esgotos do Concelho de Aveiro: (1ª. Fase - início de construção das redes de esgotos do Sector Norte/Cacia, Sector Centro/Vilar, Sector Sul/Verdemilho/Bonsucesso); (2ª. Fase - Conclusão daquelas redes e início de construção de outras redes que irão servir as novas urbanizações de periferia da zona urbana)". Aberta a discussão usaram da palavra os Vogais Rocha Andrade, Carlos Candal, Maria Antónia e Carlos Jerónimo. Imediatamente a seguir o Vereador Pires dos Santos e o Director dos Serviços Administrativos prestaram vários esclarecimentos em face das questões postas. Passou-se depois à votação verificando-se o seguinte resultado: a favor - 22 votos e 3 abstenções.

A Vogal Maria Antónia Pinho e Melo fez a seguinte declaração de voto: " Aprovei, porque tenho aprovado e aprovarei todas as verbas, sejam elas impostos ou não, destinadas à substituição da rede de águas e esgotos, e captação de água no Concelho de Aveiro. Durante anos lutei para que estas fossem as prioridades da Câmara e por uma questão de lógica hoje voto a favor ".

Também no uso da palavra, o Vogal Carlos Jerónimo fez a seguinte declaração de voto: " Votei favoravelmente por considerar que a derrama não constituirá um encargo demasiado gravoso para os munícipes mas com a ressalva que faço de que as receitas da Câmara deverão tender à dispensar este lançamento da derrama através da transferência para os fundos camarários de maiores verbas pelo Poder Central através do Fundo de Equilibrio Financeiro. Foi uma luta bastante divulgada que no princípio do ano houve para a transferência de mais verbas para as Câmaras. Penso que a Lei das Finanças Locais deve ser encarada no sentido descentralizador que venha a permitir que as Câmaras tenham os meios ao seu alcance para resolver os problemas dos seus concelhos ".

Seguidamente, usou da palavra o Vogal José Luis Cristo para fazer a seguinte declaração de voto: " Votei favoravelmente e aproveito a oportunidade para, uma vez mais, manifestar que lastimo que as Câmaras tenham que recorrer a estes meios por não existir ainda uma verdadeira autonomia financeira dos municípios ".

PONTO Nº. 5 - APRECIÇÃO DE PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Proposta - " Artigo 22º. - nº. 2 - Feita a chamada, que deverá ser iniciada até 10 minutos após a hora designada na convocatória e verificada a inexistência de "quorum", decorrerá um novo período máximo de 10 minutos para aquele se poder concretizar. Esgotado este tempo, caso persista a falta de "quorum", o Presidente considerará a reunião sem efeito e marcará data, hora e

local para nova reunião".

Tomando a palavra, o Vogal Carlos Jerônimo salientou que a proposta em discussão por si apresentada se destina, fundamentalmente, a permitir que esta Assembleia se torne mais eficaz, porquanto tem constatado que, por força da hora tardia do começo dos trabalhos desta Assembleia, as sessões são excessivamente prolongadas visto que não se tira o proveito total do tempo de que se dispõe em cada reunião.

Submetida à discussão, seguiu-se prolongada troca de impressões em que intervieram Jorge nascimento, José Betencourt, Carlos Candal, Rocha Andrade e o proponente, Carlos Jerônimo, de que resultou, por consenso, o texto final da referida proposta, que se transcreve: " Artigo 22º.- - nº. 2 - Feita a chamada e verificada a inexistência de "quorum", decorrerá um período máximo de trinta minutos sobre a hora referida na convocatória para aquele se poder concretizar. Esgotado este tempo, caso persista a falta de "quorum", o Presidente considerará a reunião sem efeito e marcará data, hora e local para nova reunião".

Submetida à votação, foi aquela proposta aprovada por unanimidade.

Dado o adiantado da hora, o Presidente deu por encerrada a presente reunião.

Eram 0.30 horas do dia 1 de Outubro.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela a gravação elaborada, e que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.

Francisco
[Assinatura]